



VM MED LTDA

CNPJ: 52.099.289/0001-41

RUA OLGA ABREU VIEIRA, SN, APERIBÉ/RJ

CEP: 28495-000

EMAIL: vmmedcomercial@gmail.com

Tel: 22 98126-7615

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.011/2025

(Lei nº 14.133/2021)

Ilmo.(a) Sr.(a) Pregoeiro(a)

Secretaria Municipal de Suprimentos

Município de Nova Friburgo – RJ

A VM MED LTDA (Empresa impugnante), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 52.099.289/0001-41 (**Doc. 01**), com sede no endereço Rua OLGA ABREU VIEIRA, SN, BAIRRO CAETANO, APERIBÉ/RJ neste ato representada por MARIA EDUARDA BOSCO DE CAMPOS CABREIRA, escrita no CPF: 141.044.446-50, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO** ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.011/2025**, com fundamento no **art. 164 da Lei nº 14.133/2021** e nas disposições do próprio edital que facultam a formulação de impugnação até 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública, conforme os seguintes fundamentos:

DO PREÂMBULO

- 1) Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, bem como do subitem **1.8.1 do edital**, que estabelece o prazo de 3 (três) dias úteis anteriores à abertura da sessão para a apresentação de impugnações, a presente manifestação é tempestiva e deve ser analisada por Vossa Senhoria.



- 2) A presente impugnação visa corrigir um erro material grave na especificação do **item 4 do edital**, que **repete** indevidamente as características do **item 2**, atribuindo ao equipo enteral especificações técnicas **incompatíveis com sua finalidade e com os padrões de mercado**.

Essa falha pode comprometer diretamente a lisura do certame, pois:

- 3) Impede a ampla concorrência, pois o produto descrito não existe no mercado e inviabiliza a participação de fornecedores que poderiam atender corretamente à demanda;
- 4) Desrespeita o princípio da vinculação ao edital, já que há um erro evidente na formulação do objeto, contrariando o disposto no art. 25 da Lei nº 14.133/2021, que determina que o edital deve estabelecer regras claras e objetivas para a licitação;
- 5) Cria um risco de nulidade, uma vez que a exigência de um item inexistente pode resultar em fracasso da licitação, impactando a prestação dos serviços de saúde e trazendo prejuízo ao erário.

1.1. Princípios violados

A formulação incorreta do edital fere os princípios basilares da administração pública, como:

- 6) Princípio da Isonomia (Art. 5º, CF e Art. 11, III, da Lei nº 14.133/2021) – A exigência de um item que não corresponde à realidade de mercado favorece um ambiente desigual, onde apenas fornecedores que consigam se adaptar artificialmente ao erro poderão participar.
- 7) Princípio da Competitividade (Art. 11, III, da Lei nº 14.133/2021) – Licitações públicas devem permitir a participação do maior número possível de concorrentes, garantindo que a Administração obtenha a melhor proposta. A restrição injustificada, ao exigir um equipamento inexistente, reduz o número de competidores e prejudica a economicidade.
- 8) Princípio da Vinculação ao Edital (Art. 25 da Lei nº 14.133/2021) – O edital deve conter regras claras e objetivas, para que os licitantes possam formular propostas adequadas. Quando há erro material na descrição de um item essencial, torna-se impossível atender à exigência, o que configura vício no certame.



- 9) Princípio da Eficiência e Economicidade (Art. 5º, IV, da Lei nº 14.133/2021) – O poder público tem o dever de buscar a solução mais vantajosa. A manutenção de um item mal especificado pode resultar em fracasso da licitação, aumento de custos ou desabastecimento dos serviços essenciais.
- 10) Jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) – O TCU já decidiu reiteradamente que erros na formulação do edital comprometem a validade do certame e que exigências técnicas incompatíveis com a realidade de mercado restringem a competitividade, podendo levar à nulidade da licitação.

Súmula nº 247 do TCU

“Em licitações para aquisição de bens de natureza divisível, a adjudicação por item é obrigatória, salvo quando demonstrada a inviabilidade técnica ou econômica, nos termos do artigo 15, IV, da Lei nº 8.666/93 e do artigo 11 da Lei nº 14.133/2021.”

Acórdão nº 1.747/2017 – Plenário – TCU

“É irregular a adoção de exigências que restrinjam indevidamente a competitividade da licitação, sem que haja justificativa técnica robusta que demonstre a vantagem para a Administração Pública.”

II. DOS FATOS

- 11) A presente impugnação fundamenta-se na existência de erro material grave na formulação do item 4 do edital, o qual repete indevidamente a descrição do item 2, atribuindo ao equipo enteral características incompatíveis com sua real aplicação e com os padrões de mercado.
- 12) Ao analisar minuciosamente o edital, observa-se que o item 4 deveria se referir a um equipo de nutrição enteral, utilizado para a administração de dietas e fórmulas nutricionais diretamente no trato gastrointestinal. No entanto, sua descrição copia praticamente na íntegra o item 2, que trata de um equipo de infusão incompatível com essa função.



II.I Incongruência Técnica do Item 4

- 13) O **item 2 do edital** especifica um **equipo para sistema fechado de infusão**, com as seguintes características: "**Equipo para sistema fechado de infusão por sistema peristáltico linear (...), câmara de gotejamento macro gotas flexível (...), ponta perfurante própria para bolsas de dieta com sistema fechado (...), terminal com conector escalonado de cor lilás (...)**"
- 14) Já o **item 4**, que deveria ser um **equipo enteral**, **repete essa mesma descrição**, incluindo características que **não são compatíveis** com um equipo para administração de nutrição enteral, tais como:
- 15) **Sistema peristáltico linear**, que não é comumente utilizado em equipos enterais, já que esse tipo de dispositivo opera sob sistemas gravitacionais ou bombas específicas de nutrição enteral, sem necessidade desse mecanismo de infusão.
- 16) **Câmara de gotejamento macro gotas flexível**, quando um equipo enteral não necessita desse tipo de controle de gotejamento, pois a administração de dietas enterais segue um fluxo contínuo e não intermitente como em soluções intravenosas.
- 17) **Terminal com conector escalonado de cor lilás**, quando o padrão correto para equipos enterais é o **conector de segurança ENFit**, obrigatório para evitar erros de conexão entre equipos de nutrição enteral e equipos intravenosos.
- 18) Essas exigências técnicas **tornam impossível a adequação do produto** ao uso real, criando uma **barreira indevida à participação de fornecedores** que atuam regularmente nesse segmento.

II.II Impactos da Descrição Equivocada no Processo Licitatório

- 19) A manutenção do item 4 com especificações erradas pode gerar diversas consequências negativas para a licitação e para a administração pública, tais como:
- 20) Restrição Indevida à Concorrência

A descrição incorreta do item 4 restringe a participação de fornecedores legítimos, que trabalham com equipamentos específicos para nutrição enteral, mas não poderão oferecer produtos que atendam aos critérios errôneos do edital.

21) Risco de Fracasso da Licitação

Caso o item permaneça inalterado, há grande probabilidade de não haver propostas válidas, resultando no fracasso do certame, atrasando o fornecimento do insumo e prejudicando o atendimento de pacientes que necessitam da nutrição enteral.



22) Desperdício de Recursos Públicos

Se a Administração insistir na exigência incorreta, poderá adquirir um produto que não atende à necessidade real, tornando-se inútil para os serviços de saúde e gerando prejuízo ao erário.

23) Risco de Contaminação Cruzada e Erro de Administração

A utilização de equipamentos inadequados na nutrição enteral pode comprometer a segurança dos pacientes, expondo-os a riscos de contaminação cruzada, obstrução do sistema de infusão e erro na administração das dietas.

II.III Jurisprudência Aplicável

24) O Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou sobre a necessidade de **adequação técnica nas especificações de editais**, de forma que não limitem indevidamente a concorrência:

Acórdão nº 3.655/2013 – Plenário – TCU

“A Administração Pública deve assegurar que as especificações dos bens e serviços licitados sejam compatíveis com a realidade do mercado, evitando exigências que inviabilizem a competitividade e causem restrição indevida ao certame.”

Súmula nº 177 do TCU

“É vedado à Administração Pública exigir especificações técnicas que não correspondam à necessidade do serviço ou que impeçam a ampla competitividade da licitação.”

*Dessa forma, fica evidente que a formulação errônea do **item 4 fere os princípios da isonomia, economicidade e competitividade**, podendo levar à nulidade da licitação caso não seja corrigida.*

III. DO DIREITO

25) A presente impugnação fundamenta-se no **princípio da legalidade**, previsto no **art. 37 da Constituição Federal**, bem como na **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**, que determina que **os editais de licitação devem garantir clareza, objetividade e ampla concorrência**, evitando especificações restritivas ou inexequíveis.

III.I Violação ao Princípio da Competitividade e Isonomia



- 26) O **item 4** do edital **restringe indevidamente a participação de fornecedores** ao exigir um equipamento com **especificações técnicas inexistentes no mercado**. Isso viola o **princípio da competitividade** (art. 11, III, da Lei nº 14.133/2021), que exige que as **licitações sejam conduzidas de modo a assegurar a ampla participação de licitantes, garantindo o melhor custo-benefício para a Administração Pública**.
- 27) Além disso, a **isonomia entre os concorrentes** também é prejudicada. **Ao criar um critério técnico equivocado**, o edital concede vantagem a possíveis fornecedores que, mesmo sem oferecer um equipamento adequado, poderiam ajustar sua proposta para se encaixar indevidamente na especificação errônea, ferindo o **princípio da igualdade de condições entre os licitantes** (art. 5º da Constituição Federal).

Acórdão nº 1.747/2017 – Plenário – TCU

“É irregular a adoção de exigências que restrinjam indevidamente a competitividade da licitação, sem que haja justificativa técnica robusta que demonstre a vantagem para a Administração Pública.”

III.II Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório

- 28) O **art. 25 da Lei nº 14.133/2021** estabelece que a Administração Pública **deve se vincular estritamente ao edital**, garantindo que seus dispositivos sejam **coerentes, exequíveis e compatíveis com a realidade do mercado**.
- 29) A exigência de um equipamento **com especificações copiadas de outro item do edital** evidencia um **erro material**, demonstrando que a redação do instrumento convocatório **não está alinhada com a necessidade real do objeto licitado**.

Súmula nº 177 do TCU

“É vedado à Administração Pública exigir especificações técnicas que não correspondam à necessidade do serviço ou que impeçam a ampla competitividade da licitação.”

Dessa forma, o erro identificado no item 4 pode gerar a nulidade do certame, caso não seja corrigido, pois infringe diretamente os princípios da vinculação ao edital e da legalidade.

III.III Princípio da Eficiência e Economicidade



- 30) A exigência equivocada pode acarretar **gasto indevido de recursos públicos**, seja pelo **fracasso da licitação**, seja pela **aquisição de um produto inadequado para o uso pretendido**.
- 31) O art. 5º, IV, da Lei nº 14.133/2021 determina que as contratações públicas **devem ser pautadas na economicidade**, ou seja, a escolha dos produtos deve **garantir o melhor custo-benefício e atender plenamente à finalidade pretendida**.

Acórdão nº 3.655/2013 – Plenário – TCU

“A Administração Pública deve assegurar que as especificações dos bens e serviços licitados sejam compatíveis com a realidade do mercado, evitando exigências que inviabilizem a competitividade e causem restrição indevida ao certame.”

Diante dessas disposições, torna-se imperativa a correção do erro no edital, garantindo que a Administração possa realizar uma licitação válida, eficiente e benéfica para o interesse público.

IV. DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

- 1) Nos termos do edital e do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, **a impugnação pode ser formulada até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para a abertura da sessão pública.**
- 2) A presente peça é, pois, tempestiva, uma vez que está sendo protocolada dentro do lapso estabelecido no instrumento convocatório e na legislação aplicável, devendo ser processada e analisada por Vossa Senhoria.

V. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

Diante de todo o exposto, considerando as **inconsistências técnicas e materiais** presentes na formulação do **item 4 do edital**, que **repete indevidamente a descrição do item 2**, criando **uma exigência inexequível e restritiva**, requer-se que a **Administração Pública** adote as providências necessárias para a **retificação do edital**, garantindo **lisura, transparência e ampla concorrência no certame**.



Dessa forma, requer-se:

- 1) **O recebimento e processamento da presente impugnação**, por ser tempestiva e estar devidamente fundamentada nos princípios da **legalidade, isonomia, competitividade e economicidade**, conforme previsto no **art. 164 da Lei nº 14.133/2021**;
- 2) **A imediata correção do item 4 do edital**, de modo que **seja eliminada a repetição indevida do item 2**, ajustando sua descrição para refletir corretamente um **equipo para nutrição enteral**, em conformidade com os padrões do mercado e as normas regulatórias aplicáveis;
- 3) **A disponibilização de justificativa técnica e fundamentada**, caso a Administração decida manter a especificação atual do item 4, demonstrando de forma clara os motivos para tal exigência e comprovando que o produto descrito **existe no mercado e é aplicável à finalidade proposta**;
- 4) **Caso a correção do edital impacte as condições do certame**, requer-se a **republicação do edital corrigido**, com a reabertura dos prazos para formulação de propostas e eventuais lances, **evitando prejuízos aos licitantes e garantindo igualdade de condições a todos os concorrentes**;
- 5) **A suspensão da sessão pública**, se necessário, até que sejam providenciadas as correções solicitadas e restabelecida a lisura do processo licitatório, **evitando a adjudicação de um item tecnicamente inadequado**;
- 6) **Na hipótese de não atendimento da impugnação**, a impugnante **reserva-se o direito de interpor os recursos administrativos cabíveis e de acionar os órgãos de controle competentes**, incluindo o **Tribunal de Contas e o Ministério Público**, para a devida apuração da regularidade do certame e, se necessário, a **declaração de nulidade do processo licitatório**.

Diante do exposto, espera-se que esta impugnação **seja acolhida e que as correções necessárias sejam providenciadas**, garantindo **o atendimento aos princípios constitucionais e administrativos que regem as contratações públicas**.

Na certeza da compreensão e do compromisso desta Secretaria com a **transparência e a legalidade**, aguardamos o deferimento da presente impugnação.

Caso mantido o critério de menor preço por lote, **que se justifique detalhadamente os motivos técnicos, sob pena de nulidade.**

VI. DOS REQUERIMENTOS FINAIS

- 7) Espera-se que os pontos ventilados sejam analisados e acolhidos pela Autoridade Competente, a fim de sanar os vícios e manter o certame em harmonia com as disposições legais e jurisprudenciais;
- 8) Caso não sejam adotadas as providências ora postuladas, reserva-se à Impugnante o direito de pleitear a anulação dos atos subsequentes e/ou representar aos órgãos de controle.



9) Nestes termos,
Pede deferimento.

APERIBÉ, 12 DE MARÇO DE 2025

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA EDUARDA BOSCO DE CAMPOS CABREIRA
Data: 12/03/2025 16:33:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARIA EDUARDA BOSCO DE CAMPOS CABREIRA

CPF: 141.044.446-50

SÓCIA PROPRIETÁRIA